

# Docentes criticam justificações para ‘chumbo’ de pedidos de pré-reforma

Sindicato diz que os argumentos da Secretaria das Finanças contrariam o parecer da Educação e fala em “arbitrariedade” na tomada de decisão

CAROLINA MOREIRA  
carolinamoreira@acrianooriental.pt

O Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) volta a contestar os argumentos da Secretaria Regional das Finanças para justificar o indeferimento de pedidos de pré-reforma de alguns docentes, frisando que “contrariam” o parecer da Secretaria Regional da Educação.

“A Secretaria Regional das Finanças, em declarações públicas, vem invocar o interesse público e a falta de recursos humanos, concretamente, do pessoal docente, contrariando o parecer favorável da Secretaria da Educação”, afirma o sindicato em comunicado, realçando que “este motivo não foi referido nos despachos de indeferimento, pelo contrário, foram invocados, essencialmente, pretextos de natureza financeira e processual e foram esses argumentos que foram contestados” pelo SPRA.

Numa resposta às justificações públicas apresentadas esta semana pela Secretaria das Finanças, o sindicato ressalva que “o anterior Governo [Regional] assumia um efeito neutro em termos orçamentais” da situações de pré-reforma.

“Sobre os encargos financeiros, o anterior Governo Regional sempre assumiu que o custo da ‘saída’ do trabalhador em pré-reforma, mais a eventual substituição do referido trabalhador, tinha o efeito neutro em termos orçamentais, em primeiro lugar, porque a significativa redução salarial do trabalhador permitia o pagamento do seu substituto concomitante com a diferença do horário de trabalho letivo, que é, claramente, mais favorável para a Administração”, defende.

Em comunicado, o SPRA afirma ainda não compreender a “arbitrariedade” por parte da Secretaria das Finanças na tomada de



Sindicato dos Professores da Região Açores volta a contestar os argumentos da Secretaria das Finanças

decisões sobre as pré-reformas.

“Esta estrutura sindical também considera incompreensível a arbitrariedade com que a Secretaria Regional das Finanças tem dado despachos favoráveis a requerimentos de uns docentes e negado a outros, tendo em conta os argumentos que foram utilizados para os despachos negativos”, destaca.

Esta é a segunda vez esta semana que o SPRA contesta o indeferimento recente por parte da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública de pedidos de docentes à situação de pré-reforma, frisando “não compreender, de forma nenhuma, os argumentos invocados”, e apela à intervenção do presi-

dente do executivo, José Manuel Bolieiro, “de forma a que sejam satisfeitas as pretensões dos requerentes”.

Já a Secretaria Regional das Finanças justificou esta semana que os recursos humanos são “escassos” e que a ponderação da pré-reforma depende do interesse público e da existência de acréscimo de custos. •